

1  
ALP

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA  
DE  
PORTO COVO  
ATA DA REUNIÃO DE 03 DE JULHO DE 2023  
SESSÃO ORDINÁRIA  
ATA N.º 02/2023**

-----Aos três dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, realizou-se no auditório da Junta de freguesia de Porto Covo, uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia com as seguintes presenças. -----

**MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA: -----**

**Presidente:** Miguel Paulo Ferreira Ribeiro

**1.º Secretário:** Ana Raquel da Silva Costa Gil

**2.ª Secretária:** Cláudia Sofia Oliveira Rosa

Dinis Filipe Lourenço Loja

Catarina Marques Nobre de Sousa

André Jorge Neves da Luz

Luís Pedro Parreira da Silva

**EXECUTIVO DA JUNTA DE FREGUESIA: -----**

**Presidente:** José Pedro do Nascimento Arsénio

**Secretária:** Ana Paula de Jesus Pereira Sabido

**Tesoureiro:** Sandro Jorge dos Santos Pedroso Martins

-----Verificada a existência de quórum o Presidente da Assembleia deu início à reunião eram 21h10 horas. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA: -----**

O Presidente da Assembleia informa que serão cedidos aproximadamente vinte minutos para intervenções antes da ordem do dia. -----

-----O membro da Assembleia André Luz pede a palavra, cumprimenta todos os presentes e refere que por cima da escola primária foi feita a abertura de uma vala para se fazer uma obra que supostamente seria muito sucinta e rápida, mas entretanto já há

alguns meses que a vala se mantém aberta. A sinalética e balizamento da obra junto à vala já estão em muito mau estado e era oportuno intervir agora, até porque vamos ter bem mais veículos a circular no período de verão em Porto Covo e crê que a situação será motivo de atenção e de correção com a maior brevidade possível. ---- Outra questão está ligada à segurança e tem a ver com a rampa para pessoas com mobilidade reduzida que foi feita e bem, em frente ao edifício da Junta, no entanto, não foi feita a coincidência da passadeira com a rampa de acesso e refere que essa situação deve ser corrigida. -----

Por último, manifesta o seu contentamento pelo lançamento da obra do grupo Pestana, mas refere um ponto que já vêm trazendo a esta Assembleia e para o qual vêm, mais uma vez, alertar e deixar bem consciente que até o assunto estar resolvido continuarão a traze-lo aqui, que é a questão da água do Porto Covo, assunto que provavelmente irá ser falado na ordem do dia, no entanto, quer salientar desde já que esta é uma preocupação que será sempre trazida a esta assembleia. -----

----- O Presidente da Junta cumprimenta todos os presentes e relativamente à questão da vala aberta para fazer a ligação do ramal de água à escola, diz que importa referir que foi uma reivindicação do Executivo da Junta. Na altura das eleições foi muito falada a questão das casas de banho da escola e um dos problemas era a falta de pressão por a ligação ter ficado provisória desde 2013 até 2022. A Câmara Municipal fez essa ligação após grande pressão feita pela Junta que disponibilizou os meios para proceder à abertura da vala e o que estava definido era uma intervenção muito rápida que implicava a abertura da vala, fazer a ligação definitiva da água à escola, voltar a tapar a vala, repor a calçada e abertura da rua ao lado da obra. O que aconteceu foi que se verificou que a instalação do gás e da eletricidade estavam mal executadas e a Câmara optou por fazer um levantamento da anomalia e contactar uma empresa

3  
Ail

para vir resolver esses problemas, situação que se tem arrastado por demasiado tempo pois implica também o atual dono da obra que é a Caixa Agrícola. Esta situação tem sido alertada reiteradamente na Assembleia Municipal a exigir a sua resolução até por uma questão de proteção civil porque é perigoso quando se cruzam dois carros no local e porque os peões estão impedidos de utilizar aquela via como já estavam anteriormente. Aquilo que era a nossa pretensão era tirar os tapumes, fazer a ligação, retirar as palmeiras e fazer a reposição da calçada. Isso não aconteceu, há um compromisso da Câmara Municipal de até meados de julho a situação estar resolvida. -----

Sobre a passadeira à frente do edifício da Junta, a intervenção teve de ser feita, primeiramente porque todas as instalações públicas devem ter acesso a pessoas com mobilidade reduzida e sendo um edifício já com muitos anos tem que sofrer adaptações que muitas das vezes não acontecem de forma exemplar. A passadeira poderia ser simplesmente apagada, mas nós não temos equipamento para a voltar a pintar e supostamente a Câmara não pinta as passadeiras porque vai proceder à repavimentação nas ruas e andamos aqui neste impasse. Quando houver a repavimentação das ruas e a pintura das passadeiras, esta e outras situações serão corrigidas porque as restantes ficam muito em cima dos cruzamentos e é preciso haver um maior afastamento porque é perigoso os carros ao fazerem a curva não terem possibilidade de ver as pessoas que já estão na passadeira e estas situações já estão devidamente identificadas. -----

Sobre a obra do Grupo Pestana diz que a Junta conhece seu Plano de Urbanização e sabe o que está definido para cada área do território e sabe qual é a sua utilização, é certo que ao aparecerem novas construções e não será apenas esta, até porque já nos últimos dois anos assistimos a um aumento significativo e basta referir que a construção da zona do Arneiro tem 110 moradias mais a parte dos serviços, o que origina uma grande sobrecarga das nossas

infraestruturas. Desde o início do mandato e até mesmo antes de sermos eleitos o problema foi identificado assim como a necessidade de se fazer o investimento. Da parte que respeita à atuação da Junta o presidente pergunta se a Assembleia de freguesia tem alguma avaliação negativa a fazer uma vez que não tem intervenção direta naquilo que é o serviço público de água e esgotos e é importante que fique aqui frisado que temos sido parte da solução para que não falte o abastecimento e temos sido nós a solicitar os abastecimentos feitos pelos bombeiros. Diz que existe um consumo muito significativo a partir do depósito e que Porto Covo gasta em média 100 m<sup>3</sup> e a Caniceira que abastece os aglomerados rurais tem um consumo médio de 120m<sup>3</sup>, por sua vez, temos o Arneiro a gastar 100m<sup>3</sup>, foi um problema que identificámos pois o consumo estava ligado com os sistema de rega que tinha várias roturas e que após terem sido resolvidas o consumo baixou para 60m<sup>3</sup>. -----

Refere ainda que no seu enquadramento é o abastecimento destes investimentos imobiliários que forçosamente irá levar a Câmara Municipal a fazer o investimento no abastecimento de água, no serviço de tratamento de águas residuais, na questão dos resíduos sólidos urbanos, nos reciclados e basta referir que temos esse problema e não o escondemos de ninguém. Em relação à recolha dos resíduos, a Câmara vai contratar uma empresa para fazer a recolha diária dos resíduos indiferenciados e a Ambilital contratualizou com a SUMA a recolha de mais três vezes do que no ano passado e este pode ser o caminho para minimizarmos este problemas. Informa que o Presidente da Câmara referiu na Assembleia Municipal que o investimento na área do abastecimento de água e nos esgotos representa cerca de três milhões de euros e neste momento o que está contratualizado é um novo depósito para armazenar mais água nas atuais instalações do depósito da água, uma nova captação de água na Bica e a execução de um novo ramal desde essa captação até à Urbanização da Quinta do Pessegueiro e depois daí até ao

5  
Agi

depósito, na urbanização ficou logo feita a tubagem de 200, depois é necessário fazer a ligação desde o depósito para a zona dos lotes destinados a construção a preços controlados porque neste momento a água sai do depósito por um tubo de 90, desce a rua principal vai à Cantarinha e depois volta a subir para abastecer o artigo 47 e por isso, só quando a zona mais antiga está abastecida é que sobe. Nós temos o problema identificado, tem sido feita pressão e de certa forma alguma coisa já está a ser feita, não à velocidade que gostaríamos pois sendo uma necessidade básica carece de resolução urgente. Foi colocada em funcionamento a conduta que vai à Terça Parte, pela Herdade e vai ao depósito, foi essa a conduta que desferrou e como já foi falado aqui, sabe-se que a conduta que vem de Sines é de 200, passando para 110 no Burrinho e a que sobe até à Terça Parte é de 125. Aconteceu no ano passado e voltou a acontecer este ano a rotura de condutas à saída de Monte Chão o que provoca a entrada de ar na conduta fazendo efeito de tampão, impossibilitando a passagem da água e a sua chegada ao depósito, os furos da Bica e do Montinho estão a trabalhar. -----

**ORDEM DE TRABALHOS: -----**

**1º PONTO: APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR -----**

----- O Presidente da Assembleia coloca em análise e aprovação o primeiro ponto que foi aprovado por unanimidade. -----

**2º PONTO: ANÁLISE DA ATIVIDADE DA JUNTA NO II TRIMESTRE DE 2023 -----**

----- O Presidente da Assembleia coloca em análise o segundo ponto e passa a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- O Presidente da Junta diz que gostariam de ter feito muito mais, mas tendo em consideração os recursos disponíveis foi o que foi possível concretizar. Procede à leitura do relatório e informa que foi feita uma reunião com a Câmara Municipal para debater a necessidade de investimento no abastecimento de água, que os projetos estão prontos falta serem lançados para dar início à sua

execução o que irá ser feito só no fim da época balnear uma vez que acarreta vários constrangimentos ao nível do corte de estradas e abertura de valas. -----

Sobre o protocolo de descentralização informa que o Executivo da Junta fez chegar à Assembleia Municipal uma recomendação sobre as reivindicações da Junta tendo em conta o aumento da inflação e o aumento das despesas com recursos humanos, recomendação essa, que foi aprovada por unanimidade tendo a Junta assumido a posição de que se não houver negociação até 31 de dezembro de 2023, todas as competências delegadas na Junta serão entregues à Câmara Municipal porque sem os recursos suficientes não é possível dar resposta de forma eficiente às solicitações da população. -----

Relativamente ao pessoal informa que será aberto concurso para um lugar de assistente operacional que não veio à Assembleia porque surge na sequência da passagem à reforma do funcionário Custódio Laranjeira, o que deixa em aberto uma vaga já existente no quadro de pessoal aprovado em dezembro. Neste concurso vamos permitir que fique em aberto outro recrutamento porque a Cristina Matos terá de decidir no final de Setembro se regressa à Junta de freguesia ou se fica pelo privado e nesse caso fica mais um lugar aberto, automaticamente preenchido por a pessoa que foi aprovada no concurso, o objetivo é contratar um pedreiro porque não temos ninguém no quadro de pessoal que faça esse tipo de serviços. -----

Quanto ao arranjo dos caminhos rurais fica a faltar da Chaminé até às Retortas. Em relação ao cemitério informa que está em curso a contratação de uma empresa para fazer os serviços de exumações e inumações uma vez que o nosso coveiro demonstra incapacidade tanto ao nível físico, como diz não se sentir psicologicamente apto para fazer determinados serviços, a empresa em questão já presta esses serviços para a Câmara e irá exercer aqui também estas funções. Refere que a limpeza das bermas não é uma responsabilidade da Junta, mas perante a existência de perigo

*Luís Pedro Silva*

iminente a Junta optou por fazer esse serviço. Informa que foi apresentada à Câmara, por via da descentralização, uma proposta no valor de 13.800,00€ para a Junta realizar esse serviço duas vezes por ano. A Câmara Municipal contratualizou com uma empresa a limpeza das bermas do Concelho por 44 mil euros, sendo que, a maioria das estradas municipais estão na freguesia de Porto Covo porque as restantes são na sua maioria nacionais. Se fosse a Junta a fazer o trabalho seria responsável pela sua concretização, assim acaba por ser criticada por uma competência que não é sua, não podendo por isso realiza-la e havendo a contratualização de uma empresa que está a receber da C.M.S., não será correto a Junta realizar também o trabalho porque estamos a falar de erário público. -----

Relativamente aos jardins informa que 90 % dos jardins da freguesia já têm sistema de rega automática para otimizar o trabalho dos recursos humanos e também para haver maior poupança de água. ---

Informa que a intervenção feita nas bancas de artesanato foi mínima mas quando terminar a época balnear serão todas requalificadas. ----

Pretendemos proceder à melhoria dos acessos às praias com degraus e corrimões de madeira, mas os orçamentos rondam os 120 mil euros o que é impossível para a Junta de freguesia, por isso, passou essa necessidade para a Câmara Municipal e já estiveram cá as empresas e terá início após a época balnear. -----

O Forte do Pessegueiro continua aberto, o Sr. Joaquim Matias tem assegurado esse serviço de forma voluntária e quando iniciar a sua atividade das visitas à Ilha do Pessegueiro, a abertura do Forte será assegurada por um estagiário da Junta. -----

----- O membro da Assembleia Luís Pedro Silva pede a palavra e diz que do seu ponto de vista a situação do abastecimento de água é visto pelo Presidente da Junta como algo romântico quando ao avanço do projeto que foi referido já existir e diz que olha para a situação com alguma apreensão, há 20 anos atrás já havia pressão sobre este tema, já havia falta de água e não se fez nada, o artigo 47

desbloqueou um pouco e também não se fez, fez-se o empreendimento da Quinta do Pessegueiro e também não se fez, construiu-se um hotel novo em Porto Covo e nada se fez e agora vamos esperar que seja com o Grupo Pestana e espera que sim e que avance. Relembra uma frase que caiu mal na altura da troika em relação ao país aguentar mais austeridade que dizia "Ai, aguenta, aguenta!" e que vê a coisa dessa forma que se calhar aguenta-se mais ainda, diz querer desta forma demonstrar a sua tristeza sobre este facto sabendo que recai sobre a Câmara Municipal de Sines. Sobre o protocolo de descentralização diz que a única alteração que propuseram foi a limpeza ou há mais? Gostava de saber se houve mais algum avanço nesse ponto que tanto falámos. Sobre a saúde e o início do pólo de saúde, não tanto sobre esta obra, mas sobre o funcionamento do atual posto médico, diz ter conhecimento que o médico, uma vez que teve de recorrer a ele, já teve férias este ano e questiona se nos próximos dois meses de verão vamos ficar sem médico, como será a situação aos fins-de-semana e se a situação de ficarmos sem médico se vai repetir. -----

----- O Presidente da Junta diz que aos fins-de-semana o posto médico está sempre encerrado, havendo serviços médicos apenas à segunda, terça, quarta e à quinta-feira apenas no período da manhã.

-----O membro da Assembleia Luís Pedro Silva refere ainda sobre a saúde, uma proposta que estava no seu programa eleitoral e também já foi falado pelo Executivo relativa ao desfibrilador automático externo (DAE), pergunta em que ponto é que está, se já há formação de técnicos, se já existe algum plano ou se ainda não se avançou em nada. Refere que a propósito da falada limpeza das bermas, esse serviço foi feito durante a noite na estrada de S. Torpes com um trator sem a colocação da devida sinalização envolto numa nuvem de pó gigante, situação que constituía bastante perigo como pode testemunhar na primeira pessoa. -----



*Handwritten signature and initials*  
9  
*AGil*

Sobre a limpeza das praias, do seu acesso e a tocar um pouco na questão da rota, alerta que a Praia da Cabana do Pereirinha, surge em muitos sítios e até em alguns postais como praia do Porto Covinho e essa questão devia ser clarificada de uma vez por todas. --

----- O Presidente da Junta pergunta em que sítio é que aparece como Praia do Porto Covinho? -----

----- A Secretária Ana Gil responde que no GPS aparece como tal. -

----- O Presidente da Junta responde às questões colocadas. Sobre o posto médico diz que no ano passado o médico também teve férias e a Junta reuniu com o Diretor do Hospital no sentido de acautelar a situação, o que ficou falado é que quando o médico tem férias a Junta informa e automaticamente os serviços procedem à sua substituição, no entanto, há um problema maior a surgir uma vez que os nossos médicos estão a ser "assedados" para prestarem serviços em Aljustrel, Castro Verde, Ferreira do Alentejo, Almodôvar, onde lhes estão a apagar subsídios de alojamento algo aliciantes, foi o caso do médico que presta serviço em Porto Covo e também um médico de Sines, por isso, estamos naquele impasse de saber se efetivamente vamos ficar sem médico ou não, situação que comparada com as necessidades na época balnear ou da sua ausência por um mês de férias é muito mais grave pois podemos mesmo vir a ficar sem médico. Estamos a acompanhar esta situação e já fizemos o alerta junta da Câmara Municipal até porque esses municípios estão a proceder dessa forma porque têm falta de médicos e dar-lhes outras condições que aqui não são dadas será uma boa forma de conseguir resolver a sua situação. Refere que não sabe se a Câmara de Sines estará disponível para fazer esse acompanhamento ao nível financeiro mas o que é certo é que ficar sem médico é um problema. Porto Covo, tendo em conta o seu número de habitantes, até tem serviços médicos muito para além do que teria de acordo com os rácios porque para uma população de 1100 habitantes ter médico todos estes dias já é bastante positivo, claro que a situação ideal

seria haver resposta para todos os dias ou melhor ainda seria um serviço de 24 horas, e apesar de poderem considerar que sou "romântico", costume apenas ver o copo mais cheio e outros podem ver o copo menos cheio. Sobre o DAE diz que saiu uma nova portaria sobre os grandes eventos e a Câmara Municipal vai ter que instalar um DAE no Largo Marquês de Pombal para a realização do FMM, se o fizer nós já não faremos esse investimento, o que não invalida de virmos a colocar noutros pontos da aldeia, contudo, o que se está a verificar é que os comerciantes estão a demonstrar interesse em fazer as formações e terem eles próprios nos seus estabelecimentos comerciais o DAE. Nós iremos agora debruçar-nos sobre esse assunto e fazer o acompanhamento, a instalação e a formação porque efetivamente não basta só colocar o equipamento, a formação tem de ser para pessoas que tenham disponibilidade porque quando se recebe uma chamada se a pessoa não está próxima não serve de muito, por isso deve haver um leque de pessoas que tenham essa disponibilidade. -----

----- O membro da assembleia Dinis Loja pergunta se esse dispositivo será colocado temporariamente. -----

----- O Presidente da Junta diz em princípio o objetivo é ficar permanentemente. -----

----- O membro da assembleia Dinis Loja diz que pode haver a situação de ficar apenas enquanto existe uma equipa para prestar esse apoio e depois ficarmos na mesma e a seu ver é o que irá acontecer. -----

----- O Presidente da Junta responde à questão levantada sobre a limpeza das bermas e diz que não tem conhecimento do caderno de encargos e do que está contratualizado, mas a Câmara Municipal apenas contrata o serviço e não diz para ser feito durante o dia ou à noite, isso já depende da gestão que a empresa faz, no entanto, a sinalização é obrigatória e tem que respeitar os requisitos exigidos ao nível da segurança, talvez tenha optado pela noite porque há menos

11

trânsito, poderá ser essa a razão. Considera que o serviço está mal feito porque a erva não ficou totalmente cortada, não foi feito um trabalho contínuo, procederam ao corte até ao Vale Travesso, mas não cortaram do cruzamento da Sonega até à Cabeça da Cabra que é a zona que está mais perigosa, principalmente na zona da Herdade da Cabeça da Cabra onde as canas já estão a bater nos carros que transitam na estrada. Na estrada de S. Torpes o corte está a ser feito aos poucos e não era a que apresentava maior perigo até porque procedeu ao corte e limpeza das árvores na zona da Samoqueira, com o apoio do André Rosa, porque já estavam dentro da estrada e representavam maior perigo. Os serviços da Junta disponibilizaram-se para assumir esse trabalho para podermos ter mão naquilo que é a execução do trabalho, porque para além disso é uma prestação de serviços da Câmara Municipal que pode sempre colocar a Junta como gestora do contrato como acontece com a manutenção dos espaços verdes da Quinta do Pessegueiro onde vamos fazendo o acompanhamento e já se nota a diferença. Vai haver também a contratualização da limpeza do artigo 47 e do Arneiro, para quatro meses, no período em que vai haver a negociação do protocolo e também é bom porque a Lei diz que não pode haver aumento da despesa quando há transferências da Câmara para a Junta, por isso a prestação de serviços também é boa para se verificar qual é o valor que as empresas existentes no mercado cobram para fazer aquela função. -----

Sobre o protocolo de descentralização de competências, em primeiro lugar, está em causa o cumprimento da Lei, sempre! Temos um acordo de execução e um contrato interadministrativo que entretanto caiu e passa a dar lugar a um auto de transferência de recursos que existe a Lei n.º 50 de 2018 executada pela Lei n.º 57 de 2019 ao nível da descentralização das Câmaras para as Juntas de freguesia, porque do Estado para a Junta de freguesia já estamos a cumprir no Espaço Cidadão. Naquilo que é a descentralização das Câmaras para

as Juntas, há coisas que as Câmaras entendem que devem delegar nas Juntas e outras que entendem que não devem delegar. O que está em cima da mesa é que a Junta fez a proposta de ficar com a limpeza das ruas; manutenção dos jardins; recolha dos RSU das zonas rurais; recolha de monos e verdes que estamos a recolher sem receber nada para fazer, assim como a limpeza dos balneários da Ilha e obras de beneficiação de edifícios municipais que temos feito sem receber para essa finalidade. É preciso perceber que há um desajuste daquilo que é a descentralização e daquilo que é a execução da Junta ao nível operacional. A Câmara considera que a Junta recebe muito, mas o que é certo é que quando dizemos que queremos entregar as competências não aceitam porque não as conseguem fazer pelo mesmo valor, por isso, não podem dizer que é muito e a base de negociação é essa: a limpeza, os espaços verdes e a limpeza das bermas e a Câmara quer retirar a manutenção das escolas e quer colocar uma adenda à parte das praias para ficarmos com a vigilância. -----

Em relação questão da praia do Porto Covinho vamos ver o que se pode fazer. -----

----- O membro da assembleia André Luz diz que em relação à questão do DAE, e em complemento ao que o Dinis Loja disse e muito bem, nos eventos muitas vezes são contratadas empresas que vêm com uma equipa com determinados elementos dependente do contrato que for efetuado, a empresa traz o equipamento em questão, um, dois ou mais DAE e com elementos credenciados e durante o período em que decorre o evento fazem a intervenção se for necessário, mas quando o evento termina vão embora e não ficam pessoas formadas nem DAEs, por isso, prefere a outra opção que é termos pessoas nossas formadas que possam atuar 365 dias por ano.

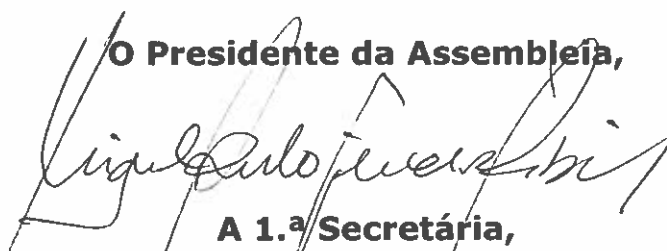
----- O Presidente da junta diz que vai questionar essa situação e depois passa a informação. -----

----- O Presidente da Assembleia refere que também constatou a falta de sinalização a advertir os automobilistas de que o trator estava a executar o serviço de limpeza das bermas na estrada de S. Torpes. -----

-----Procedeu-se à aprovação, por unanimidade, dos pontos em minuta para que possam ter efeitos legais imediatos. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia encerrou a reunião às 22h10 horas, do dia 03 julho do ano de dois mil e vinte e três, da qual se lavrou a presente ata. -----

**O Presidente da Assembleia,**



**A 1.ª Secretária,**



**A 2.ª Secretária,**

